



## Onde estão os professores negros da UFRGS?

Jornal da Universidade / 16 de novembro de 2023 / Artigo

**Artigo | A partir de dados coletados na Universidade, Wagner Machado da Silva, doutor em Comunicação, expõe a pouca diversidade do corpo docente e examina as consequências disso nas políticas e atividades da instituição**

\*Por Wagner Machado da Silva

\*Ilustração: Katherine Avila/ Programa de Extensão Histórias e Práticas Artísticas, DAV-IA/UFRGS

Quantos professores negros você teve durante a graduação, curso de extensão, especialização, mestrado ou doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Se você contabilizou apenas com uma mão e sobraram dedos, saiba que foi justamente esse sentimento que motivou a pesquisa: *Onde estão os docentes pretos e pardos da UFRGS?* Enquanto negro e pesquisador, sem receio de relativizar, compreendo que a pouca presença desses servidores na sexta melhor instituição de ensino superior da América Latina é reflexo do racismo institucional e estrutural.

Embora tenha iniciado uma graduação na UFRGS, minha formação foi em grande parte realizada em universidade privada, instituição na qual a docência também é uma profissão exercida majoritariamente por pessoas brancas. Tive uma professora preta ao longo de toda a trajetória acadêmica. Ao fazer, informalmente, um censo étnico na UFRGS, instituição em que atuo como técnico administrativo desde 2016, constatei que, dos 2.852 professores efetivos, apenas 53 se consideram negros, o que corresponde ao ínfimo percentual de 1,85%. Baseado no cadastro na plataforma SouGov, na UFRGS, ao todo, existem 5.467 profissionais, destes 384 são pardos e 256 pretos, totalizando 640 estatutários negros (11,7%). Não há, porém, distinção entre professores e técnicos. Cabe ressaltar que a Superintendência de Gestão de Pessoas não possui dados atualizados sobre essa temática. Diante disso, e respeitando a autodeclaração, foi necessário recorrer às direções de todas as unidades acadêmicas para que perguntassem, via e-mail, sem recorte de gênero, quais docentes se identificam como pretos ou pardos.

UNIDADE	DOCENTES	NEGROS
Faculdade de Farmácia	55	
Escola de Engenharia	223	1
Faculdade de Medicina	277	1
Faculdade de Direito	72	2
Instituto de Artes	113	2
Faculdade de Ciências Econômicas	99	
Faculdade de Agronomia	75	
Faculdade de Veterinária	56	
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas	125	3
Instituto de Psicologia, Serviço Social, Saúde e Comunicação Humana	73	
Faculdade de Odontologia	104	1
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação	73	5
Escola de Enfermagem	83	2
Instituto de Geociências	92	2
Instituto de Química	94	3
Instituto de Biociências	101	
Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos	23	
Instituto de Pesquisas Hidráulicas	36	2
Instituto de Física	101	1
Instituto de Matemática e Estatística	102	2
Faculdade de Educação	150	12
Colégio de Aplicação	106	3
Instituto de Letras	104	1
Faculdade de Arquitetura	102	
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança	72	3
Instituto de Informática	66	1
Escola de Administração	68	
Instituto de Ciências Básicas da Saúde	114	2
Campus Litoral Norte	93	4
<b>TOTAL DE DOCENTES</b>	<b>2852</b>	<b>53</b>

Números totais de professores nas unidades acadêmicas da UFRGS e número de docentes negros e negros (Fonte Wagner Machado da Silva).

Dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que o Rio Grande do Sul é o segundo estado do Brasil com a maior população branca. A percentagem de pretos e pardos autodeclarados chega a 21%, mas essa quantidade não é vista entre os docentes das universidades, tampouco em outras esferas de poder da sociedade. Se o comparativo for nacional, considerando que a UFRGS é uma instituição federal, o abismo da representatividade é ainda maior, já que 56,1% da população brasileira é negra.

Mas qual é o prejuízo de ter poucos negros ministrando aulas, conduzindo pesquisas, realizando atividades de extensão ou atuando na gestão da maior universidade pública do RS? Há muitos problemas, pois, atualmente, segundo o **Painel de Dados** da UFRGS, somente na graduação há 34.247 discentes vinculados; na pós-graduação, são 15.536 alunos que circulam pelos diversos câmpus de Porto Alegre e do Litoral, fora os outros vínculos possíveis. Em razão da invisibilidade dos negros na docência, muitas vezes, os conteúdos são apresentados a partir do repertório eurocêntrico e embranquecido, geralmente com pouca referência bibliográfica negra e indígena. Embora muitos docentes sejam aliados na luta antirracista, a experiência de ter uma pessoa semelhante conduzindo uma disciplina, falando a partir de situações comuns, é mais possível de ser vivenciada com a presença de um professor preto ou pardo.

Há um entrave histórico que distancia a população preta desta universidade quase nonagenária, ainda que, na graduação, com as ações afirmativas, esse panorama esteja se modificando e, na pós-graduação, desde este ano, as cotas são obrigatórias para todos os cursos de mestrado e doutorado.

Para entender as razões, basta compreender que, tão logo o povo negro conseguiu ser libertado da escravidão, foi conduzido às periferias da sociedade, impulsionando o processo de marginalização que hoje resulta nos graves índices do país. Após 400 anos de tortura e desumanização, ainda temos mais chances de sermos assassinados; somos maioria no sistema carcerário, temos remuneração menor e menos acesso a serviços de saúde e educação que os brancos. Não foi à toa que as políticas eugenistas, que tentaram embranquecer a população com intuito de minimizar a presença negra no país, também contribuíram para a invisibilidade na educação básica e no ensino superior. O resultado é o racismo estrutural – termo usado por **Silvio Almeida** para descrever sociedades alicerçadas no privilégio de algumas raças em detrimento das outras.

**Kabengele Munanga** declarou que alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional.

É isso também pode ser uma prática comum nos 100 cursos de graduação ofertados nos câmpus Centro, Vale, Olímpico, Saúde e Litoral Norte, onde, em razão da falta de representatividade docente, a cultura, os padrões estéticos, bibliográficos e as práticas pedagógicas seguem sendo reproduzidas sem a diversidade necessária. Tais situações poderiam ser alteradas se a demanda por políticas antirracistas estimulasse os gestores a reformular currículos e incluir mais negros no corpo docente das universidades gaúchas. Contudo, na instância máxima de decisão, o Conselho da Universidade, também é quase nula a presença de professores negros.

*A implantação das reservas de vagas nos concursos, assim como na pós-graduação, onde são titulados os doutores, é um importante e tardio passo, mas que precisa se consolidar para trazer resultados efetivos, pois, no que tange aos certames para professor adjunto, a regra da divisão das vagas é de difícil compreensão mesmo com auxílio do edital.*

Como nos ensina **Nilma Gomes**, a presença de corpos negros em lugares do conhecimento, de forma horizontal e não hierarquizada como comumente é visto no Brasil em razão das desigualdades raciais, muda radicalmente o ambiente universitário. Torna-se, então, urgente terminar com o epistemicídio acadêmico, que resulta na anulação, desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, inferiorização intelectual e deslegitimação do negro. O racismo institucional ocorre com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia de um grupo racial no poder. Em resumo: quanto mais a pele de um profissional for clara, maior a tendência de ascensão.

Por tudo isso, é tempo de efetivar as cotas, descolonizar o ensino, ampliar a educação antirracista, promover a diversidade nos cargos de comando e, sobretudo, parar de negar a existência do racismo e usar a branquitude como fator de mudança. Minimizar os efeitos do preconceito e da discriminação é um desserviço à sociedade, uma vez que o negro quase sempre esteve associado a uma narrativa de marginalização por conta da escravidão e da subalternização.

**Wagner Machado da Silva** é jornalista e doutor em Comunicação, servidor do Núcleo de Comunicação da Faculdade de Educação (Faced).

*"As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo."*

### :: Posts relacionados



Cotas indígenas na UFRGS: é preciso continuar falando sobre isso

Desafios e Perspectivas nos 10 anos de Licenciatura em Educação do Campo na UFRGS

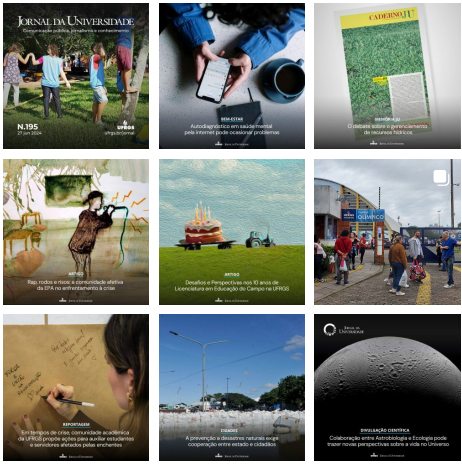
A presença negra num bairro riograndino

Reconstruindo a esperança dentro de um novo espaço para o Rio Grande do Sul

### INSTAGRAM

JornalDaUniversidadeUFRGS  
@jornalDaUniversidadeUFRGS

Follow



View on Instagram

### REALIZAÇÃO

JORNAL DA UNIVERSIDADE



### CONTATO

Jornal da Universidade  
Secretaria de Comunicação Social/UFRGS

Av. Paulo Gama, 110 | Reitoria – 8 andar | Câmpus Centro |  
Bairro Farrowpilha | Porto Alegre | Rio Grande do Sul | CEP:  
90040-060

(51) 3308.3368

jornal@ufrgs.br